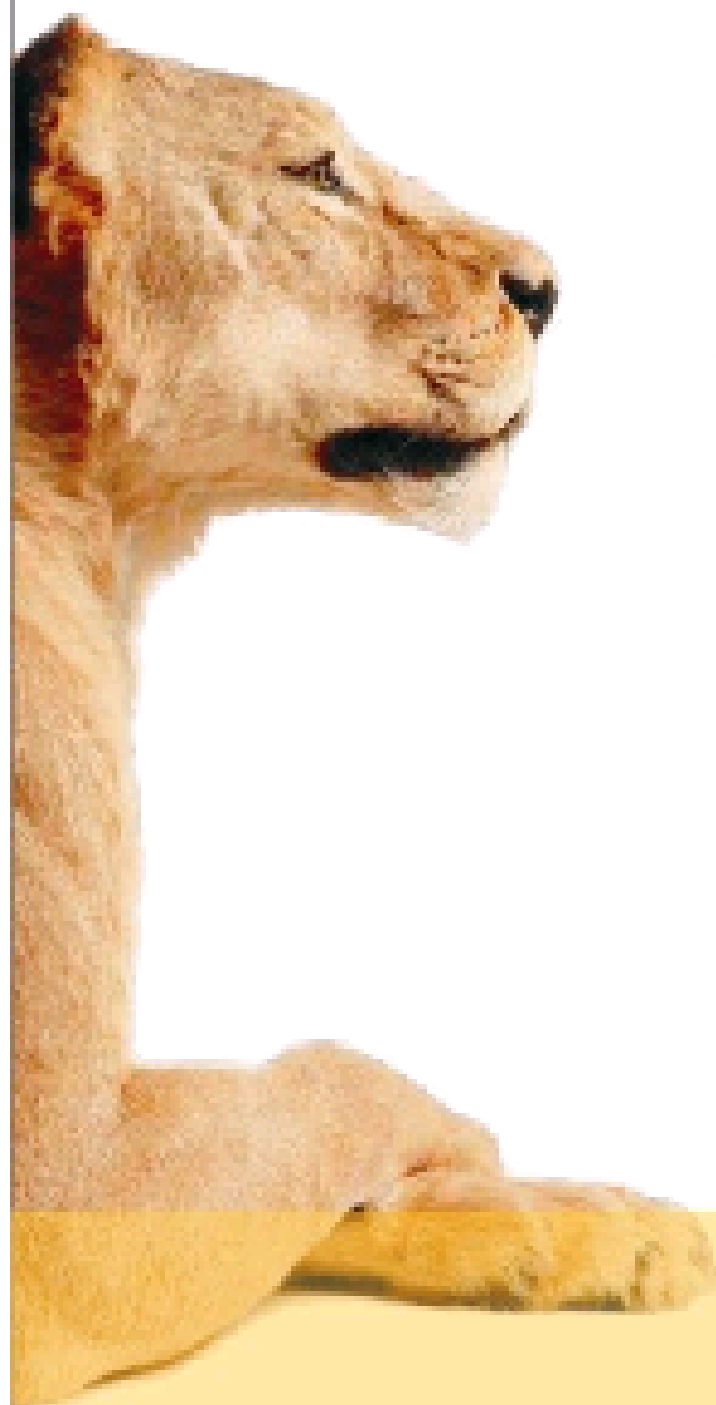




Revista

Brasil - Abril 2005 - Ano III - nº 12

# Fenavist



**Site da Fenavist**

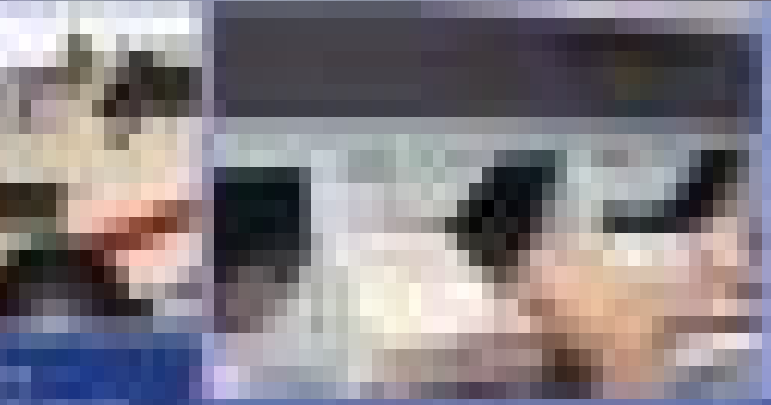
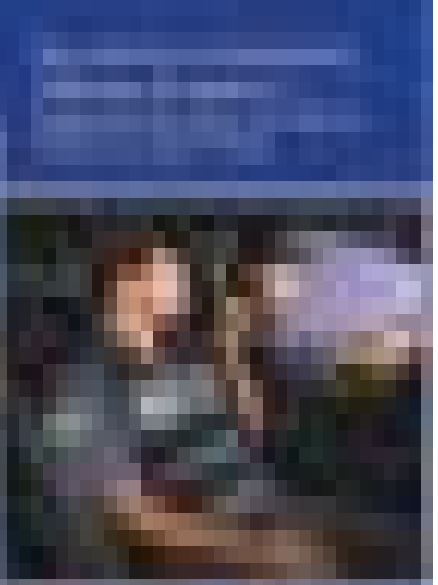
Conheça as novidades  
do novo portal da  
Federação

## Fenavist contra a MP232

**Aumento de contribuição  
para empresas prestadoras de  
serviço preocupa empresariado**

# THE 2015-2016 ANNUAL REPORT OF THE SOUTH AFRICAN REVENUE SERVICE

THE 2015-2016 ANNUAL REPORT OF THE SOUTH AFRICAN REVENUE SERVICE



THE 2015-2016 ANNUAL REPORT OF THE SOUTH AFRICAN REVENUE SERVICE

# Setor em evolução

**A** luta da Fenavist pela consolidação do mercado de segurança privada foi uma constante em 2004. Participamos de diversas audiências com os órgãos federais e estaduais. Nesses encontros, a federação sempre defendeu o interesse do segmento perante ministros e parlamentares. Como um exemplo disso, tem-se o trabalho sobre a questão do Estatuto do Desarmamento, que vem causando grandes preocupações ao segmento. No entanto, o contato com o Ministério da Justiça tornou possível alcançar entendimentos favoráveis à abertura de negociações.

Em 2005, o desafio continua. Acredito que nosso setor tenha um papel maior a cumprir em nossa sociedade. Por isso, o empresário deve participar ativamente em todo processo de segurança, cooperando com os governos e as comunidades na luta contra a criminalidade. No entanto, para que isso aconteça, faz-se necessário primeiro organizar e fortalecer a atividade.

A segurança privada brasileira enfrenta problemas sérios, como a clandestinidade, a prática de preços inexequíveis, as formas diversas de concorrência desleal, a pesada carga tributária, que, no final do ano passado, sofreu mais um abuso com a edição da MP 232, responsável por aumentar os tributos das empresas prestadoras de serviço, além da desconfiança do mercado.

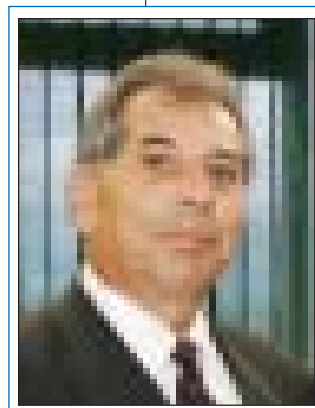
Assim, no intuito de superar as barreiras e fortalecer o mercado de segurança privada, durante todo este ano, a Fenavist dará continuidade às ações que vem desenvolvendo em busca da modernização do setor. Dessa modo, o Estudo do Setor de Segurança Privada (ESSEG) terá sua segunda edição este ano. O Estudo trará dados específicos sobre cada atividade nas diversas regiões. Além do

ESSEG, o Cadastro das Empresas de Segurança Privada (CADEM), que disponibiliza uma relação com dados de todas as empresas regularizadas do setor como referência para os contratantes, com acesso gratuito pelo público interessado, continuará em pleno desenvolvimento, tendo em vista ser uma das armas da Fenavist no combate à clandestinidade, um dos maiores problemas enfrentados pela segurança privada.

Vale a pena destacar, ainda, o Encontro de Empresas de Segurança Privada (ENESP), definido no planejamento estratégico de 2005. O evento vai acontecer em todas as regiões do Brasil com o objetivo de estreitar as relações entre sociedade, empresas, sindicatos, órgãos reguladores, fiscalizadores e esta federação em busca do crescimento e da consolidação do setor.

Somam-se a essas ferramentas os eventos que movimentam e impulsionam o mercado de segurança no Brasil. O II Congresso de Segurança do Nordeste, realizado em Salvador-BA, em setembro do ano passado, exemplifica, perfeitamente, a importância desse tipo de empreendimento, pois agrega e estimula valores cruciais como a união e a clareza no exercício das atividades. O trabalho em conjunto nos dá maior número de opções para minimizar os obstáculos ao crescimento das empresas de forma sustentável. É preciso convencer o empresário de que a coesão do setor constitui o melhor caminho para sobrevivermos.

O futuro do segmento depende de estarmos atentos para acompanhar a evolução do mercado, e unidos, para nos adequar às novas situações. Mantendo a coesão, o setor ganhará mais representatividade e poderemos potencializar nossas qualidades e minimizar as deficiências.



**Jerferson Simões**  
Presidente da Fenavist

# Sumário

março/2005



## 3 Editorial

Setor em evolução

## 6 Planejamento

Estratégia para o triênio

## 8 Formação

Segurança e profissionalização

## 10 Entrevista

Edson Lobo

## 12 ENESP

Segurança Privada em discussão

## 14 Fenavist

Ações da Federação



**20** Capa  
MP 232

**24** Modernização  
Projeto Fenavist

**30** Gente  
Segunda geração



**Presidente**

Jerfferson Simões

**Vice-Presidente Nacional**

Marcelo Oliveira Borges

**Vice-Presidentes**

Edson Pinto, Lelivaldo Benedito MarquesIsabela Fernandes Bacelar, Fernando Lage, César Marques de Carvalho, Paulo Macedo, Marcos Paiva, Cel. Valdir Soares, Lélvio Vieira Carneiro Júnior, Eraldo Doderio Reis, Percival Aracema, Vagner Jorge, Marino Eugênio, Antônio Geraldo Perovano, Guilherme Alexandre da S. Santos, Odair de Jesus Conceição, Maurício Alves, José Jacobson Neto, Ivan Zanardo

**Vice-presidentes adjuntos**

Luiz Santana, Ernani Miranda, Sílvio C. Araújo, Victor Saeta, Alfredo Ibiapina, Otávio de Castro, Fábio Rezende, Agostinho Gomes, José Tarcísio, Marcos Félix, Ari Dal Bem, José Curcino Raposo, Marcos André Vilhena, Lucilo da Costa Pinto Neto, Carlos Güalter, José Pacheco, Guilherme Fernandes, Ivan Hermano, Renato Fortuna, Jéferson Furlan

**Conselho Fiscal**

Leonardo Moreira Prudente, Sílvio Pires, Sebastião Divino de Souza

**Conselho Fiscal adjunto**

Edmar Lemes, Nelson Neves, Antônio Fernando de Carvalho

**Delegados representantes**

Lélvio Vieira Carneiro  
Jerfferson Simões

**Delegados representantes adjuntos**

Cláudio Neves, Leonardo Prudente

**Conselho de Ex-Presidentes**

Eunício Lopes de Oliveira  
Lélvio Vieira Carneiro  
Cláudio da Silva Neves

**Diretora Superintendente**

Rosângela Menezes



**REDAÇÃO**

Daniel Dutra  
Luís Augusto Evangelista

**PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**

Easy Comunicação Visual  
Fone/fax:(61) 340-8172  
easycomunicacao@terra.com.br

**GRÁFICA**

Itamarati

**FOTOGRAFIA**

Débora Oliveira  
Raphael Carvalho

Ed. Confederação Nacional do Comércio  
SBN Qd. 1 - Bl. B - 7º andar - sala 701CEP: 70040-000  
Brasília - DF - Brasil Tel: 327-5440  
www.fenavist.com.br  
fenavist@fenavist.com.br

# Diretoria da Fenavist traça planejamento para triênio

O novo corpo diretivo eleito, que ficará no comando da federação até 2007, tem o desafio de dar continuidade às ações de modernização e auxiliar o setor no caminho rumo ao crescimento

**D**esde a posse em julho do ano passado, a nova diretoria da Fenavist vem trabalhando arduamente para atingir as metas do Planejamento Estratégico para o triênio 2004/2007. De acordo com o presidente reeleito, Jerfferson Simões, um dos objetivos é delimitar bem a área de trabalho e as atribuições de cada diretor e vice-presidente. “Dessa forma, queremos fazer com que as ações da Fenavist tenham mais êxito e agilidade na luta em defesa dos interesses do setor”, declara Simões.

Durante a primeira Assembléia Geral Extraordinária (AGE) do novo mandato, os participantes da reunião trabalharam em quatro grupos de discussão, de acordo com os cargos ocupados no corpo diretivo da federação. Orientados por temas, os participantes estabeleceram prioridades para o trabalho dessa gestão.

## Legislação

Essa área conta com três linhas principais de atuação: o trabalho de reformulação e modernização da Lei nº 7.102 e seu acompanhamento, a defesa dos direitos do setor no que se refere ao Estatuto do Desarmamento (aquisição de armas e munições, transporte, registro e porte de armas) e a participação no processo de elaboração da Reforma Sindical.

## Normas e procedimentos

A intenção é criar mecanismos que possam diferenciar e conferir mais credibilidade ao empresariado do setor. Ainda em debate, o tema apresenta ape-



Componentes da diretoria posam para foto oficial, durante solenidade realizada em Brasília

nas propostas genéricas como a criação de certificados de regularidade sindical em licitações e de capacidade técnica. Além disso, pretende-se trabalhar na elaboração de critérios específicos para o setor, no intuito de melhorar a participação no pregão eletrônico

## Institucional

A prioridade máxima da parte institucional é o desenvolvimento do Projeto Fenavist. As primeiras ações visam à criação, à divulgação e à consolidação do Cadastro das Empresas de Segurança (CADEM) como ferramenta de combate à clandestinidade e promoção da ética no setor. Outro ponto importante do trabalho é a elaboração do II Estudo Setorial da Segurança Privada (ESSEG 2005), que vai

abordar de forma mais específica as diferentes atividades do setor, considerando também as particularidades regionais.

## Serviços

O foco é fortalecer e diversificar os serviços oferecidos pela federação e pelos sindicatos. São eles: os meios de divulgação nacional e regional, o suporte técnico das comissões de conciliação prévia, o credenciamento de fornecedores, e o acompanhamento e estudo das convenções coletivas de trabalho, entre outros.

## Balanco

Durante a solenidade de posse da nova diretoria, realizada em Brasília, no dia 16 de julho do ano passado, foi apresentado um relatório com um balanço

da gestão anterior, de 2001 a 2004. Gestões administrativa, representativa e institucional e da informação foram os temas abordados na prestação de contas do primeiro mandato do presidente Jerfferson Simões. Segundo ele, mais que mostrar o trabalho executado no período, o relatório de gestão serviu para identificar o que ainda precisa ser feito e chamar a atenção para a importância da participação de todos nesse processo. “É importante fazer um balanço das atividades para demonstrar conquistas e vislumbrar desafios ainda não superados”, declara.

No que diz respeito à parte administrativa da federação, o período foi marcado pela profissionalização e pelo aperfeiçoamento do pessoal e pela melhoria dos equipamentos e do espaço físico. A contratação de estagiários de diversas áreas, para serem treinados, teve como objetivo a formação de uma equipe com o perfil adequado. Além disso, criou-se o Sistema de Apoio a Decisões (SAD), uma base de dados com informações sobre os diversos agentes do setor, principalmente empresas. Para alimentar esse banco de dados, contratou-se uma equipe de digitadores, também atuante em pesquisa e conferência das informações. O melhor aproveitamento dos processos para minimizar custos e a organização dos métodos e procedimentos também se fizeram presentes como inovações dessa gestão.

Como um dado importante, divulgado pelo relatório, está o crescimento na arrecadação das contribuições sindical e confederativa. Em 2001, o recebimento totalizou 45% do total previsto para arrecadação confederativa, enquanto, em 2003, esse percentual passou para 52%. A sindical saltou de 36%, em 2002, para 68%, em 2003. A federação procura sempre ressaltar que esse resultado é reflexo do trabalho institucional desenvolvido. “Esse é um dos sinais de que as empresas percebem que a federação e os sindicatos têm se empenhado em trabalhar de modo eficiente em defesa dos interesses do setor”, explica a diretora-superintendente da Fenavist, Rosângela Menezes.

Houve conquistas importantes também no campo da representação em outras instituições e nos governos. Entre 2001 e 2004, a Fenavist estreitou seus relacionamentos e alcançou maior inserção em diversos órgãos federais, como Ministério

da Justiça, Departamento de Polícia Federal, Ministério da Previdência Social e Planejamento e Gestão e Congresso Nacional.

## Internacional

O trabalho da gestão 2001/2004 não se restringiu ao Brasil. Membros da Fenavist participaram de diversos eventos internacionais, promovendo a troca de informações e a vinda de tecnologia para o país. Em 2002, realizou-se em São Paulo o I Congresso Mundial de Segurança, com a presença de 42 países. Além disso, Jerfferson Simões foi eleito presidente da Federação Panamericana de Segurança (Fepasep) e da Federação Mundial de Segurança (World Security Federation – WSF). Os diretores da Fenavist, Eraldo Doder e Percival Aracema, também tiveram seus nomes escolhidos para integrar a diretoria da WSF.

## Modernização

Um marco dos últimos anos da Fenavist tem sido a busca pela modernização do setor de segurança privada. Para isso, implantou o Projeto Fenavist, cujo conteúdo abrange uma série de ações com o objetivo de combater a clandestinidade, as práticas desleais de concorrência e impulsionar a criação de um ambiente de mercado adequado ao crescimento sustentável do setor. Em 2003, aconteceu o lançamento do Estudo Setorial da Segurança Privada, que



Jerfferson Simões, presidente reeleito fala sobre a importância da união no setor

traçou, pela primeira vez, um diagnóstico das atividades do segmento.

## Acompanhamento

Durante a Assembléia Geral Extraordinária (AGE), realizada em Brasília, no dia 28 de outubro, o presidente da Fenavist, Jerfferson Simões, atribuiu missões aos diretores de acordo com os assentos que eles ocupam. Cabe a esses desenvolver ações que ajudem na melhoria do serviço prestado pela Fenavist.

O andamento dos projetos pode ser acompanhado por um programa específico, cujas senhas foram disponibilizadas aos presidentes e diretores.



Jantar comemorativo reúne membros da nova diretoria e empresários do setor de segurança

# Segurança privada e profissionalização

Cursos de graduação e extensão de Gestão em Segurança Empresarial ganham espaço em todo o país, contribuindo para a formação de especialistas em segurança privada

**D**esde o final da década de 90, o mercado brasileiro de segurança privada tem sido marcado pela busca de profissionalização e melhoria da qualidade dos serviços, por parte de empresas e contratantes. Um reflexo disso é a proliferação de cursos superiores de graduação e extensão em Gestão em Segurança Empresarial.

O pioneiro, Alta Direção em Segurança, foi montado no Brasil, em São Paulo, pela Pontifícia Universidade Comillas, de Madri, em 1997. Antes disso, profissionais e empresas precisavam buscar em outros países oportunidades de adquirir melhor conhecimento técnico e especialização. A primeira turma foi orientada por professores trazidos da Espanha, mas, a partir de 1998, alguns profissionais brasileiros já começaram a lecionar.

A partir de 1994, por meio da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), um grupo de brasileiros se reuniu para tomar outra iniciativa e montar no país uma instituição similar à *American Society for Industrial Security (ASIS)*, organização educacional dedicada à formação de profissionais em segurança. Desde 2001, são feitos no país exames para a principal certificação concedida por essa instituição, o *Certified Protection Professional (CPP)*. Há 25 anos a *ASIS* realiza provas para esse título em todo o mundo. O primeiro brasileiro a conseguir essa titulação foi o professor da Fundação Getúlio Vargas, Raymundo Baptista. Hoje, já são 24 profissionais com *CPP* no Brasil.

Atualmente, de acordo com um levantamento da Fenavist, pelo menos 15 dos



Cursos superiores em segurança espalham-se pelo país

26 estados brasileiros oferecem graduações para formação de tecnólogo em segurança, especializações ou cursos de MBA. Segundo Baptista, estima-se que o mercado brasileiro conte com 180 a 250 profissionais em atividade com título de tecnólogo e de 450 a 600 especialistas com MBA.

## Motivação

A exigência de qualidade e a busca da melhor condição de compra levaram os contratantes – principalmente do setor bancário – a procurarem os cursos superiores antes mesmo das empresas. A primeira turma do curso pioneiro de Alta Gestão em Segurança era formada por 83% de tomadores de serviços. O objetivo dos

compradores era conhecer melhor a composição de preços e a dinâmica do negócio para conseguir uma relação custo/benefício mais vantajosa para quem contrata serviços de segurança.

Ao observar essa movimentação no mercado consumidor, os empresários começaram a se movimentar em busca de especialização técnica, atualização e, acima de tudo, conhecimento sobre o próprio negócio. Isso pode ser observado na segunda turma do curso oferecido pela Comillas, de Madri, que apresentava idêntico número de compradores e empresários.

O gerente operacional da empresa de segurança Arizona, Cosme Titonelli, é um exemplo disso. Desde 1986 no mercado de segurança, ele aprendeu na prática e agora sente a diferença, ao se formar no curso de



Gestão de Segurança Empresarial, Técnicas e Aplicação em Marketing do Centro Universitário de Belo Horizonte, na primeira turma do estado de Minas Gerais. “Agora sou um profissional mais analítico, com uma visão crítica do mercado e de minha conduta. Tenho mais argumentos e ferramentas técnicas para trabalhar”, explica. Segundo Titonelli, no início, o curso não era bem estruturado, com disciplinas vagas, mas os próprios alunos se encarregaram de exigir mais em termos técnicos. “Com essa formação, as relações de mercado vão ficar mais profissionais e responsáveis, principalmente com a qualidade do serviço”, afirma.

## Ensino e Tendências

Os cursos oferecidos por instituições de ensino brasileiras têm seguido, em geral, dois enfoques diferentes: o operacional, voltado para a gestão da segurança sem relação direta com o negócio, e o empresarial, que privilegia aspectos da administração das empresas de segurança e gestão de qualidade. A graduação, que forma tecnólogos em segurança, procura ensinar noções gerais sobre o tema, tanto do ponto de vista operacional quanto do empresarial. Já os cursos de especialização tratam de questões mais profundas da gestão em segurança e exigem dos alunos experiência reconhecida no ramo ou graduação.

Especialistas na área apontam que, mantidas as condições econômicas, em dois ou três anos, o setor privado será o maior contratante de serviços de segurança no país. Segundo Baptista, isso ocorrerá por conta da profissionalização e da mudança de mentalidade dos empresários do setor, que buscam promover diversos tipos de proteção, gerenciando inteligentemente poucos recursos “O segmento vem-se aprimorando para sair das páginas policiais e ir para os cadernos de negócios, como empresas aptas a gerenciar a redução de perdas”, explica.

## Convênio

Desde o lançamento do Projeto Fenavist, a federação vem intensificando o trabalho conjunto com os sindicatos, no intuito de conscientizar as empresas filiadas sobre a necessidade de se reestruturar e modernizar o setor de segurança privada, duas das mais importantes metas do

projeto. Ao firmar parceria com a faculdade Cambury, o Sindicato das empresas de Segurança e Transporte de Valores do Estado e Goiás (GO/TO) deu importante passo na busca desses objetivos.

A parceria irá proporcionar aos empresários e gerentes de empresas de serviços terceirizáveis associadas, detentores de diploma de cursos de graduação, a possibilidade de fazerem MBA em gestão empresarial. O curso será desenvolvido para oferecer soluções às necessidades do segmento por meio de um trabalho criativo e eficaz. A pós-graduação *lato sensu* tem carga de 420h com docência, ou de 360h sem docência. As aulas se iniciaram em março.

O diretor-executivo do Sindesp-GO/TO, Valdivino Reis, que participou diretamente das negociações com a faculdade, afirma que, apesar de o curso ser em gestão empresarial, a grade curricular estará voltada para o desenvolvimento do setor de segurança privada e asseio e conservação. “Dar con-

dições para que nossos gestores aumentem seu conhecimento, como meio de fortalecer nosso segmento, é nosso principal objetivo, pois quem não se especializar, poderá ter problemas com sua entidade”, ressalta Valdivino.

Os empresários comungam da mesma opinião do diretor, considerando que a primeira turma de 50 alunos foi fechada em dez dias, já com pessoas na lista de espera para a próxima turma.

A parceria entre o Sindesp GO/TO e a faculdade Cambury não deve parar. Já foi encaminhado ao Ministério da Educação (MEC) pedido de autorização para dois cursos sequenciais: Tecnólogo em Gestão de Serviços de Segurança Empresarial e Tecnólogo em Gestão de Serviços Terceirizáveis. Para o presidente da Fenavist, Jerfferson Simões, ações como essa consolidam os objetivos do Projeto Fenavist, que trabalha em prol da modernização e do desenvolvimento do setor de segurança privada.

### Outras instituições que oferecem cursos de graduação em Segurança Empresarial pelo Brasil:

#### AM – Ulbra

Superior de Tecnologia em Gestão de Segurança Pública e Privada

#### Unama

Gestão em Sistemas de Segurança

#### BA – Unoeste

Gestão de Excelência em Segurança Privada

#### CE – Faculdade Christus

Pós-Graduação de Gestão em Sistema de Segurança.

#### ES - Centro Universitário Vila Velha

Tecnólogo em Segurança Privada e do Cidadão

#### MG – Face Fumec

Tecnologia em Gestão de Serviços de Segurança Empresarial

#### UNI-BH Centro Universitário de Belo Horizonte

Gestão em Segurança Empresarial, Técnicas e Aplicação em Marketing

#### RN - Universidade Potiguar

Gestão de Segurança de Empreendimento Interrompido

#### RS - Universidade Luterana do Brasil

Graduação Tecnológica em Gestão de Segurança Pública e Privada

# Bancos e segurança privada parceria histórica

Em entrevista exclusiva, o Gerente Geral da Unidade de Gestão da Segurança do Banco do Brasil, **Edson Lobo**, comenta a relação entre bancos e empresas de segurança privada no Brasil



**Revista Fenavist:** *Como o senhor define a relação entre os bancos e as empresas de segurança privada no Brasil?*

**Edson Lobo:** Os bancos têm uma relação histórica de parceria com as empresas de segurança privada. O estreitamento dessa relação depende, em grande parte, da capacidade de as empresas de segurança privada oferecerem aos bancos produtos e serviços competitivos e adequados às necessidades e características atuais dos ambientes de negócios e dos modelos de atendimento dos bancos.

**RF:** *Em que aspectos o setor de segurança precisa avançar para atender às necessidades do contratante público do setor bancário?*

**EL:** Não vejo diferença entre o setor

bancário público e o privado em relação às demandas de segurança. As comissões

“

**O desafio é que as empresas tenham serviços tecnicamente atraentes, compráveis não pela obrigatoriedade, mas pela eficácia**”

de segurança da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), compostas de representantes de bancos privados e

públicos, são um exemplo claro dessa igualdade de interesses e necessidades. Todos nós desejamos que haja no mercado empresas confiáveis, éticas, bem estruturadas em termos de tecnologia e recursos humanos, capazes de oferecer soluções de segurança adequadas à dinâmica dos ambientes e serviços bancários. O desafio é que as empresas tenham serviços tecnicamente atraentes, compráveis, não pela obrigatoriedade, mas pela eficácia.

**RF:** *Qual a influência do processo de licitação, como acontece hoje, na relação entre os bancos públicos e as empresas de segurança?*

**EL:** Licitação pública é a forma de contratação utilizada pela grande maioria dos governos em todo o mundo. Entendo ser plenamente possível estabelecer excelentes parcerias, respeitadas as

regras da nossa Lei de Licitações e Contratos (nº 8.666, de 21/06/1993). Mas é de fundamental importância que as partes exerçam uma boa governança sobre esses processos, neutralizando o descontrole, as utopias e as aventuras. A propósito, vale a pena ressaltar o que está escrito no artigo 3º da mencionada Lei: *A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

**RF:** *Em sua opinião, o que seria modernizar a segurança privada?*

**EL:** Existe um espaço enorme para a segurança privada no Brasil. Mas a exploração e conquista desse potencial de negócios vão exigir, entre outros aspectos, capacitação profissional, tecnologia, inovação e inteligência estratégica. Portanto, não basta simplesmente modernizar, é preciso ser efetivo, criar e oferecer produtos e serviços que atendam, no tempo certo, às verdadeiras necessidades dos clientes.

**RF:** *Que mudança nas relações entre os dois setores deve ser feita com mais urgência?*

Em um ambiente de mudanças rápidas, em que, a todo o instante, surgem novas necessidades, exigindo cada vez mais tecnologia e inovação, as relações de parceria precisam ser dinâmicas e caracterizadas por uma integração profissional permanente, especialmente em um mercado desafiador como o de segurança. Se não for assim, vai sempre haver perda de eficácia pela defasagem de conhecimento e distância entre fornecedor e cliente, gerando insatisfação de ambas as partes e perda de valor do objeto principal da parceria que, no caso,

é a própria segurança.

**RF:** *Como é feito atualmente o plano de segurança?*

**EL:** O plano de segurança deve ser feito de acordo com a legislação pertinente e aprovado pela Polícia Federal. A organização interna, o volume de recursos e a tipologia dos itens que compõem o plano vão depender das características e riscos de cada ambiente.

**RF:** *Qual a sua opinião sobre fusões e aquisições no setor, considerando que esses processos devam gerar empresas maiores, mais fortes e consolidadas?*

---

“  
**O mercado está solidificando rápida e naturalmente uma nova visão de segurança privada,**”

---

**EL:** Qualquer movimentação que mantenha viva a prática genuína, ética e democrática de mercado, com liberdade, competitividade, igualdade de direitos e obrigações é absolutamente positiva. Mas acredito que entidades de classe, como a Fenavist, são de extrema utilidade para a consolidação de grandes e pequenos nesse setor.

**RF:** *Atualmente, pelo menos 15 dos 27 estados brasileiros já têm algum tipo de curso superior ou especialização na área de segurança privada. Como avalia esse movimento no mercado? Isso vai influenciar no resultado final da mão-de-obra?*

**EL:** O mercado está solidificando rápida e naturalmente uma nova visão de segurança privada. A especialização e a reciclagem contínua serão exigências

permanentes para atuar nesse novo contexto permeado por muita tecnologia, inteligência, racionalização, integração de recursos e maximização de resultados. Em pouco tempo, será difícil encontrar espaço para profissionais que não estejam capacitados a trabalhar em um ambiente de segurança integrada e sistêmica.

**RF:** *O sindicato dos vigilantes de São Paulo tem questionado a decisão de alguns bancos de contratar mão-de-obra não especializada (ou seja, profissionais que não são vigilantes) para fiscalizar os caixas rápidos. Em sua opinião, isso é legal?*

**EL:** Não conheço o teor do questionamento do sindicato dos vigilantes de São Paulo, portanto, não estou apto a opinar sobre esse assunto. Mas é oportuno lembrar que alguns bancos mantêm profissionais devidamente habilitados na prestação de atendimento a clientes (idosos, pessoas com qualquer tipo de dificuldade, etc.) em salas de auto-atendimento. A presença dessas pessoas, sempre bem visíveis e identificadas, treinadas para ajudar o cliente quando necessário (até para evitar que ele peça ajuda de terceiros), acaba contribuindo muito para inibir a prática de eventuais golpes nesses ambientes.

**RF:** *Como o senhor avalia a atuação do Departamento de Polícia Federal como órgão regulador da relação entre bancos públicos e segurança?*

**EL:** Destaco dois aspectos importantes nessa avaliação. Primeiro é importante que tenhamos apenas um órgão regulador, vinculado ao Poder Executivo Federal. Segundo, o fato de ser esse órgão o Departamento de Polícia Federal, que, além de credibilidade perante a sociedade brasileira, tem comando único e está presente em todas as regiões do País, facilita a padronização, o controle e a integração de todos os principais atores da segurança privada no Brasil. É óbvio que ainda há uma longa estrada para caminhar, mas as expectativas são as melhores possíveis.

# Segurança privada em discussão

Encontro reuniu contratantes, empresários, órgãos reguladores, fiscalizadores, sindicatos e

Federação na busca pela modernização

O primeiro Encontro Nacional das Empresas de Segurança Privada (ENESP), realização pioneira da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), aconteceu entre os dias 17 e 18 de março, no Novotel, em Manaus-AM. O evento, um sucesso de público e de debates, reuniu empresários de 21 estados brasileiros.

Durante os dois dias, representantes da Fenavist, da Associação Brasileira das Empresas de Transporte de Valores (ABTV), da Associação Brasileira de Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Vigilantes (ABCFAV), presidentes de sindicatos e respectivas diretorias, empresários, diretores e gerentes das empresas, palestrantes, expositores, contratantes e convidados participaram de um ciclo de palestras com temas atuais em busca de melhorias, aperfeiçoamento e fortalecimento do setor de segurança privada.

As atividades tiveram início na tarde do dia 17. A consultora jurídica da Fenavist, Celita Oliveira Sousa, proferiu palestra sobre a importância da entidade nacional para garantir as necessidades e os direitos da categoria. Ainda na quinta-feira, o gerente nacional de Segurança da Embratel, Raymundo Baptista, ao lado do gerente regional do Banco do Brasil, Roberto Tadeu Vieira Wolf, presidiram palestra sobre o tema “A visão do contratante sobre o serviço de segurança privada”.

No segundo dia do encontro, os destaques foram o coordenador-geral de Controle de Segurança Privada do Departamento da Polícia Federal (DPF), delegado Wantuir Francisco Brasil Jacini,



Fotos: Valmir Lima

Jefferson Simões em discurso durante ENESP

que falou sobre o poder fiscalizador e regulador da Polícia Federal e o coordenador de Terceirização e Contratos da Diretoria de Logística e Serviços Gerais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Rafael Setúbal Arantes, que palestrou sobre os aspectos de contratação e regulamentação de preço da segurança privada no Governo Federal. Outro representante do Governo Federal a prestigiar o evento foi o diretor executivo da Polícia Federal, Zulmar Pimentel dos Santos.

Ainda na sexta-feira (18), o gerente de Segurança da TV Globo, Igor de Mesquita Pípolo, responsável pela segurança de

todos os programas ao vivo da emissora, o consultor econômico do Sesvesp, Eurípedes Abud, e o presidente do Sindesp-PA e vice-presidente para Assuntos da Região Norte, Guilherme Alexandre, compartilharam experiências profissionais com o público.

De acordo com o presidente da Fenavist, Jefferson Simões, presente a todas as atividades, o encontro é uma ferramenta importantíssima para o desenvolvimento do setor. “O ENESP foi criado para agregar e integrar empresários e a sociedade em geral, para difundir informações, serviços e benefícios discutidos pela federação e pelos sindicatos, no intuito de fortalecer a atividade de Segurança Privada no Brasil. A

Fenavist pretende realizar o evento bimestralmente, entre março e novembro, em todas regiões do Brasil”, ressalta.

## Abertura

Uma solenidade significativa marcou a abertura oficial do ENESP. A cerimônia foi realizada na sede da Federação do Comércio do Estado do Amazonas. Com início às 20h, o mestre-de-cerimônias deu início à composição da mesa formada pelo presidente da Fenavist, Jerfferson Simões; presidente do Sindesp-AM, José Pacheco; presidente da ABCFAV, Cel. Waldir Soares; presidente da ABTV, Marcos Paiva; representante do Comando Militar da Amazônia, Cel. do Exército Diógenes Dantas Filho; representante da Polícia Federal, delegado Wantuir Brasil Jacini; presidente da Federação Brasileira das Empresas de Asseio e Conservação, Laércio Oliveira; presidente da Asis Charter Brasil, Dr. Igor Pípolo; presidente da Fecomércio, José Roberto Tadros; diretor da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Lélvio Vieira Carneiro; presidente do Clube dos Dirigentes Lojistas de Manaus, Ralph Assayag; coordenador de Terceirização e Contratos da Diretoria de Logística e Serviços Gerais do Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão, Rafael Setúbal Arantes; e o vice-presidente da Fenavist para a região Norte, Guilherme Alexandre. Depois de composta a mesa, todos apreciaram a execução do Hino Nacional brasileiro. O presidente José Pacheco proferiu saudação de boas-vindas a Manaus e convidou a todos para um jantar.

## Repercussão

Durante os dois dias de atividades, a mídia teve presença da mídia constante. O presidente da Fenavist, Jerfferson Simões,



Cerimônia de abertura

concedeu entrevista a vários veículos de comunicação, incluindo uma entrevista ao vivo no programa “Bom-Dia Amazônia”, da rede Amazônica, afiliada da rede globo. Além de Simões, o presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica, Serviços de Escolta e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (Sesvesp), José Jacobson, e o secretário-geral do Sindesp-AM, Nonato Caldeira, também concederam entrevistas.

## Próximas Edições

Ao fim do encontro, todos os participantes receberam certificado e assistiram a um vídeo sobre a capital do Espírito Santo,

Vitória, próxima cidade a receber o ENESP, entre os dias 19 e 20 de maio. Com isso, a organização iniciou os trabalhos para a segunda edição.

A região Centro-Oeste, por sua vez, abrigará o encontro em Brasília, entre os dias 11 e 12 de agosto. Os empresários do Sul terão a oportunidade de se reunirem para discutir as necessidades do setor em novembro. Já a região Nordeste receberá o ENESP paralelamente ao III Congresso de Segurança do Nordeste, a ser realizado entre os dias 21 e 23 de setembro, na Bahia. O Encontro Nacional das Empresas de Segurança Privada será mais uma das atrações do congresso, que, a cada ano, torna-se mais importante para o segmento.

### Cronograma do ENESP para 2005:

Data	Evento
17 e 18/3	ENESP Norte (Manaus-AM)
19 a 20/05	ENESP Sudeste (Espírito Santo)
11 e 12/08	ENESP Centro-Oeste (Brasília-DF)
21 a 23/09	ENESP Nordeste (Salvador-BA)
24 a 25/11	ENESP Sul (Gramado-RS)

## Fenavist visita Planalto

Na quinta-feira, três de março, o presidente da Fenavist, Jerfferson Simões, esteve presente em uma audiência no Palácio do Planalto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Simões, também diretor da Confederação Nacional do Comércio (CNC), acompanhou o presidente da entidade, Antônio Oliveira Santos, e outros presidentes das federações do comércio.

O encontro teve o intuito de apresentarem as projeções do mercado econômico ao presidente da República. Na audiência, receberam as boas-vindas de Lula, e ouviram um discurso animador no que diz respeito à economia nacional.

Também compareceram ao encontro o ministro da Fazenda, Antônio Palocci; o ministro interino do Planejamento, Nelson Mota; o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan; e o secretário-executivo da Casa Civil, Swedenberger Barbosa.



Jerfferson Simões ao lado do presidente Lula

## Ação contra a clandestinidade

A Fenavist enviou carta aos sindicatos estaduais, solicitando a relação das empresas que atuam sem autorização do Departamento de Polícia Federal (DPF). A ação foi motivada por um pedido da Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada da Polícia Federal (CGCSP), que pretende produzir um relatório nacional sobre a situação da clandestinidade na área de segurança privada, com o intuito de elaborar meios de combate às irregularidades.

A solicitação da CGCSP significa uma grande vitória da federação, que há muito tempo vem desenvolvendo um trabalho perante os órgãos federais, em busca de soluções para enfrentar o problema da clandestinidade, que tem prejudicado, significativamente, o setor de segurança privada.

A Fenavist espera reunir as informações solicitadas o mais rápido possível, e, para tanto, coloca-se à inteira disposição dos Sindesp's no que se fizer necessário. "Contamos com o envio da referida informação com certa urgência, pois se trata de um passo importante na luta que o segmento desenvolve contra a concorrência desleal", ressalta o presidente da federação, Jerfferson Simões.

## Federação participa de homenagem a Severino

Empresários e políticos realizaram uma solenidade para homenagear o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE), na sede da Confederação Nacional do Comércio (CNC), em Brasília. A solenidade teve a participação de políticos, empresários e representantes de sindicatos. O presidente da Fenavist, Jerfferson Simões, foi uma das autoridades que cumprimentou o recém-eleito presidente. Em discurso de agradecimento, Severino disse que não vai usar a presidência da Câmara para disputar outros cargos políticos. O deputado reafirmou ainda a independência do Poder Legislativo em relação ao Executivo.



Simões e Antônio Oliveira Santos, presidente da CNC, em homenagem a Severino Cavalcante

# Lei do desarmamento cria taxas

**A** Constituição Federal, no art. 145, inciso II, prevê que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem instituir taxas em razão do exercício do poder de polícia ou da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição. Contudo, o art. 150, inciso I, estabelece, como garantia assegurada ao contribuinte, que a cobrança de taxa, uma espécie de tributo, somente pode ocorrer quando instituída por lei.

A taxa de transferência de arma de uma empresa para outra, seja de um local, posto ou estabelecimento para outro, não foi estabelecida pela Lei nº 10.826/2003, tampouco consta de leis anteriores, que regem o exercício do poder de polícia de aquisição e uso de armas de fogo pelas empresas de segurança privada.

O Decreto nº 5.123/2004, de regulamentação da Lei nº 10.826/2003, prevê no art. 38 que cabe à Polícia Federal autorizar a transferência de armas de fogo, contudo, não se instituiu taxa para esse tipo de serviço ou de autorização.

Assim, a cobrança de taxa de transferência de armas é inconstitucional, ainda mais individualmente, porque a Lei nº 9.017/95, em seu anexo, institui as taxas de autorização para compra e transporte de armas, mas com cobrança uma única vez, por todas as armas, e não como algumas Delegacias Regionais da Polícia Federal estão querendo cobrar das empresas, como é o caso do Estado de Minas Gerais.

Com efeito, as taxas criadas ou instituídas pelo Estatuto do Desarmamento – Lei nº 10.826/03, que “dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição...”, estão as previstas no art.11. As empresas de segurança privada não estão sujeitas ao pagamento dessas taxas, pelo fato de não terem direito a porte federal, mas apenas a uma autorização de uso das armas pelos vigilantes e somente em serviço, expedida em nome da empresa, incluindo todas as suas armas da localidade – art. 7º, da Lei. E a Lei não criou taxa para expedir a autorização para uso de arma.

Essas são as únicas taxas que a Polícia Federal poderá cobrar, porque são instituídas pela Lei. Qualquer criação de taxa fora do que está aqui transcrito da Lei, será um ato ilegal, praticado com abuso de poder, podendo as empresas impetrar mandado de segurança, na forma da lei.

Importa observar ainda que, em se tratando das empresas de segurança privada e transporte de valores, a Lei não prevê o porte federal de arma de fogo, nem para o vigilante, nem para o empresário ou dono da empresa, proprietária da arma. A empresa deve receber da Polícia Federal, nos termos do art. 7º da Lei, e do art. 38, do Decreto, uma Autorização para o Uso de Arma de Fogo. E, assim, as empresas não estão obrigadas ao pagamento da taxa de expedição de porte federal, assim como de nenhuma outra taxa para receber a autorização para o uso, porque não há previsão dessa taxa na Lei.

O cotejo do nome da taxa instituída no art. 11 expedição de porte federal de arma de fogo, com o particular tratamento dispensado às empresas de segurança privada, que não recebem o porte federal, mas autorização ou porte para o uso em serviço, não permite dúvida de que as empresas estão isentas dessa taxa, que é de mil reais, assim como do pagamento da taxa de transferência, seja a que título ou por que motivo for, já que a lei não a instituiu.



**A descrição da taxa não deixa dúvida de que as empresas do setor de segurança estão isentas**

**Dra. Celita Oliveira Sousa**

Consultora Jurídica da FENAVIST  
Ope Legis Consultoria Empresarial





# Concorrência sem canibalização

**N**egócio bom é aquele que é bom para as duas partes, diz o ditado popular. Poderíamos ampliar essa frase para “negócio bom é aquele que é bom para todos os públicos influenciados por ele”.

Nesse contexto, uma empresa de segurança, ao assinar um contrato com um novo cliente, deveria sempre pensar se os valores acertados permitirão não só cumprir o que foi prometido, mas também investir em tecnologia, em qualificação profissional da equipe, em infra-estrutura, em logística, etc. E, além disso, pagar os impostos, atualizar e melhorar os salários de seus profissionais, reservar uma parcela do que é ganho para ações de responsabilidade social, remunerar acionistas e investidores.

Atuamos em um segmento econômico que, devido a suas peculiaridades, não encontra parâmetros em outras atividades de serviços, comerciais ou industriais. Lidamos com a segurança, algo que tem um valor primordial para pessoas e organizações. E lutamos contra um dos mais organizados e inventivos “negócios” do Brasil: o crime.

Por isso, as exigências legais a que somos submetidos nos remetem aos mitológicos Doze Trabalhos de Hércules. Nossos profissionais têm de ser criteriosamente selecionados, com fichas limpas e exemplares, além de bem treinados, no mínimo, de acordo com os ditames da Polícia Federal. Nossa tecnologia deve acompanhar o que há de mais avançado no mundo, para, no mínimo, se equiparar ao conhecimento dos criminosos.

A cada dia surgem novas técnicas utilizadas em roubos, assaltos e invasões pela Internet. E a ousadia dos criminosos só cresce, enquanto os níveis de emprego e dos salários, no Brasil, lamentavelmente, deixam muito a desejar. A esse coquetel de pressões sociais, à falta de horizontes profissionais e de mobilidade social, somam-se os ingredientes do tráfico de drogas, do contrabando de armamentos pesados, do roubo de cargas e dos assaltos ou tentativas de assaltos a carros-fortes.

Nesse panorama nada facilitador, o preço cobrado pelos serviços de segurança pode ser um fator de insegurança. Afinal, se canibalizarmos nossas atividades, na busca irresponsável de negócios, as conseqüências serão terríveis. Como temos defendido em entrevistas e artigos para a imprensa brasileira, pechincha, em nossa área, é um atalho para o não-cumprimento de contratos e conseqüente desmoralização do setor.

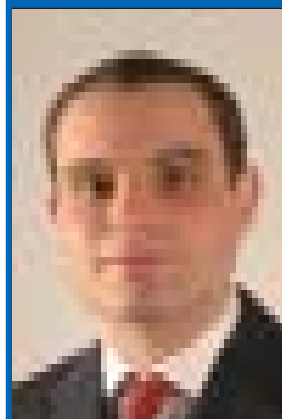
Empresas de segurança só conseguem cumprir contratos se tiverem suporte financeiro. Não vigoram pechinchas em equipamentos e tecnologias de segurança. Profissionais bem qualificados demandam salários pagos regularmente, reajustados periodicamente, além de benefícios sociais. Carros-fortes, cofres, bases de custódia de valores não são vendidos em dúzias. Os impostos, nem é preciso reafirmar, são cobrados draconianamente.

Se formos, mais do que concorrentes, predadores de nosso mercado, destruiremos um ramo de atividade necessário e extremamente útil à sociedade brasileira, em um jogo *kamikaze*, com *haraquiri* financeiro, o que nos levará ao fim de nossas atividades. Isso não interessa a ninguém, muito menos a nossos clientes. Vamos concorrer sem canibalização!

---

## Paulo Dalla Nora Macêdo

Vice-presidente da Fenavist, é assessor de Planejamento, Orçamento e Marketing do Grupo Nordeste/Transbank, que também atua em Segurança da Informação



**Pechincha em nosso setor é um atalho para o não-cumprimento de contratos e perda de credibilidade**

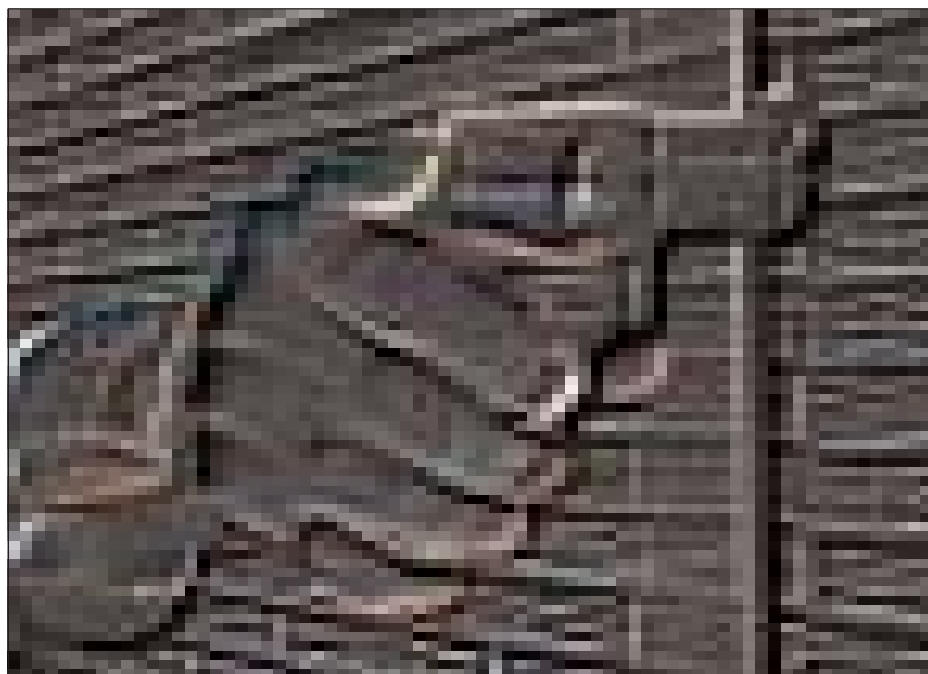
# Estatuto do Desarmamento preocupa setor

Aplicação da lei que busca desarmar a população desconsidera normas específicas do setor e gera problemas para empresários de segurança privada em todo o país

**A** Fenavist acompanhou as discussões e os trabalhos de elaboração do Estatuto do Desarmamento, Lei nº 10.826. No entanto, desde a publicação, em 22 de dezembro de 2003, os problemas têm sido constantes, freqüentemente causados pela desconsideração da legislação específica do setor, não revogada. Como exemplo disso, tem-se o período em que o Departamento de Polícia Federal (DPF) suspendeu a emissão de autorizações para compra de armas, restabelecendo esse processo depois de audiência com a Fenavist, na qual foram expostas as dificuldades para fechamento e cumprimento de contratos, além da impossibilidade das empresas participarem de licitações. “Há cerca de 20 anos, o setor de segurança privada já cumpre regras extremamente rígidas de utilização de armamento. Isso não pode ser ignorado”, declara o presidente da Fenavist, Jerfferson Simões.

Logo em janeiro de 2004, aconteceu em Parati (RJ) a prisão de vigilantes especializados em segurança pessoal, acusados de porte ilegal de arma enquanto faziam a escolta de um cliente em viagem de Belo Horizonte a Santa Catarina. Segundo a empresa empregadora dos vigilantes, a operação foi informada às Secretarias de Segurança Pública de todos os estados por que passaria a escolta. No momento da prisão, os acusados portavam documentos pessoais, carteira nacional de vigilante e os registros de armas em nome da empresa.

Diante da situação, a Fenavist orientou as empresas para que procurassem sempre os sindicatos em caso de problemas com a Lei do Desarmamento. Foi enviado um ofício ao secretário de Se-



gurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, relatando o incidente e pedindo que as polícias fossem mais bem informadas sobre a legislação do segmento. Esse não foi o único caso no Brasil registrado pela federação.

Outros casos enviados por sindicatos motivaram parecer elaborado pela consultora jurídica da Fenavist, Celita Sousa, no final de outubro e entregue em audiência ao secretário-executivo do Ministério da Justiça (MJ), Luiz Paulo Teles Barreto. Com base em análises dos artigos 6 e 7 da Lei, o documento mostra que cada vez mais têm surgido novas dificuldades e dúvidas sobre a aplicação da lei no segmento de segurança privada. Isso se deve ao fato

de que essa utilização específica da lei deveria ser regulamentada pela Polícia Federal, órgão responsável pela fiscalização do setor. O parecer afirma ainda que esse tipo de distorção, ao aplicar a lei, é fruto da omissão das autoridades competentes.

## Apoio

A Fenavist encaminhou em dezembro de 2004 aos sindicatos estaduais um documento elaborado pela Consultoria Jurídica, que contém os fundamentos legais para que sejam iniciadas ações judiciais contra a Lei nº 10.826/03 nos estados. A decisão de entrar na Justiça foi tomada na Assembléia

Geral da Federação (AGE), depois de um ano de trabalho junto ao Ministério da Justiça (MJ) e ao Departamento de Polícia Federal. A Fenavist tem o objetivo de minimizar os problemas gerados pelo Estatuto do Desarmamento e adequar a nova legislação aos processos das empresas de segurança privada.

Segundo a consultora jurídica da federação, Celita Sousa, todo Sindesp que verificar no próprio estado problemas decorrentes de inadequações da legislação do desarmamento tem o apoio da Fenavist para entrar com ação judicial. Dessa forma, a federação busca uma ação mais efetiva e pretende continuar o contato com a assessoria jurídica do MJ, no intuito de que sejam publicadas normas para adequar a legislação aos procedimentos do setor.

## Taxas

Outro impasse gerado foi a criação de novas taxas para porte e registro de armas. De acordo com o artigo 11 do Estatuto do Desarmamento, devem ser pagas taxas de R\$ 300,00 pelo registro de armas, com renovação obrigatória a cada três anos, e R\$ 1.000,00 pela emissão do porte de arma. Taxas e demais regras para armamento de empresas de segurança já estão estabelecidas pela Lei nº 9.017, desde 1995.

Ao longo do ano, a Fenavist e a consultoria jurídica tiveram audiências com a coordenadora da Comissão Especial para Regulamentação da Lei, Ivete Lund Viégas, com o Ministério da Justiça e a Polícia

Federal para entregar um ofício, no qual constavam as dificuldades causadas pela nova legislação e sugestões, inclusive com a possibilidade de déficit nas contas das empresas, com a cobrança das taxas da nova lei. Mesmo depois de tantos esforços, a regulamentação foi publicada, repetindo regras já existentes nas leis que regulam o setor e confirmando a obrigatoriedade do pagamento de novas taxas.

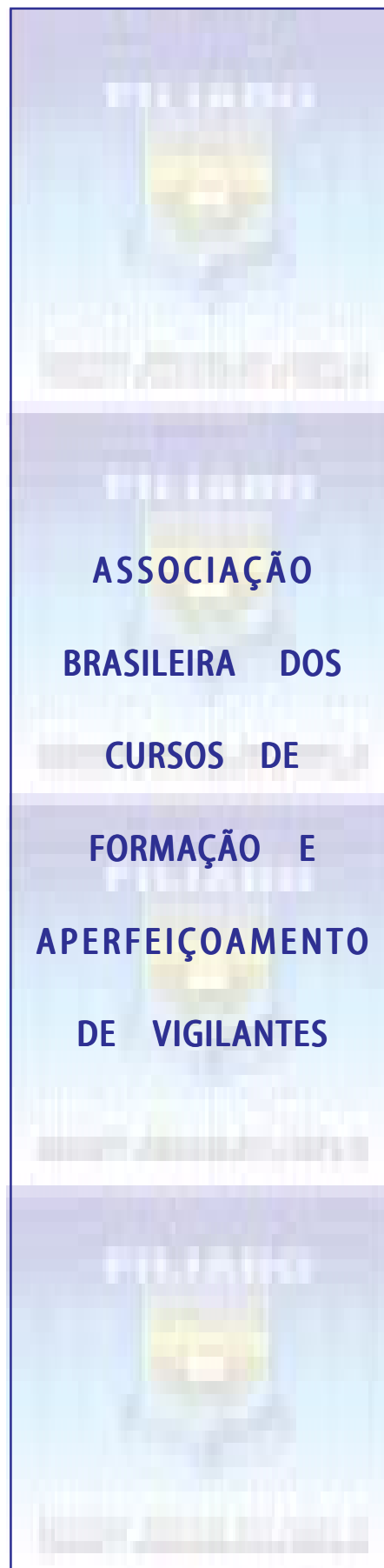
No parecer, a consultoria jurídica reconhece que a lei não pretende gerar custo nem promover arrecadação. No entanto, a não-adequação das novas regras aos processos do setor pode inviabilizar o negócio. Outro ponto importante do parecer é o entendimento de que o registro de arma de fogo só pode ser cobrado em relação a novas armas, porque as anteriores já foram registradas em órgãos estaduais. Ou seja, o Estado já tem a informação para controle.

Já a taxa de R\$ 106,40, cobrada na transferência de armas de uma empresa para outra, é considerada inconstitucional. De acordo com o parecer da Fenavist, essa cobrança não está prevista em nenhuma legislação.

Em audiência com o secretário-executivo do MJ, firmou-se o entendimento de que as empresas de segurança privada não precisariam pagar a taxa de R\$ 1.000 pelo porte de armas. A consultoria jurídica do ministério está analisando, em caráter de urgência, uma proposta de portaria ou instrução normativa elaborada pela Fenavist.

## Brasileiros estão divididos

De acordo com pesquisa CNT/Sensus, divulgada em fevereiro, os brasileiros estão divididos quanto ao referendo que haverá em outubro de 2005 sobre o principal ponto do Estatuto do Desarmamento: a venda de armas. No total de duas mil entrevistas, a pesquisa revelou que 48,8% dos entrevistados manifestaram-se contrários à proibição da venda, enquanto 48% foram favoráveis. A pesquisa foi realizada pelo Instituto Sensus, a pedido da Confederação Nacional de Transportes (CNT). Em março de 2004, a mesma pesquisa indicava que 73,6% dos entrevistados eram favoráveis à proibição. A principal insatisfação das pessoas é que o recolhimento das armas não resolveu o problema da violência. Oitenta e dois por cento dos entrevistados disseram que a violência aumentou, desde o começo da Campanha do Desarmamento, em julho de 2004. O recolhimento das armas é feito pela Polícia Federal e o governo paga entre R\$ 100 e R\$ 300, dependendo do calibre.



# Fenavist contra MP 232

Medida que aumenta cobrança para  
pessoas jurídicas deve ser aprovada  
com mudanças no Congresso

Fotos: Antonio Cruz /Abr



Frente Brasileira contra MP 232 entrega manifesto ao presidente do Senado, Renan Calheiros

A Medida Provisória 232, editada pelo Governo em dezembro de 2004, tem gerado manifestações de repúdio dos empresários. O principal ponto de descontentamento é a elevação de 32% para 40% da receita bruta da base de cálculo do Imposto de Renda e da CSLL (Contribuição Social Sobre Lucro Líquido). A mudança, que recai principalmente sobre as empresas prestadoras de serviços, significa aumento de 25% no pagamento de impostos. No que diz respeito à segurança privada, a MP 232 alterou a alíquota de retenção do Imposto de Renda em alguns contratos celebrados pelas empresas, e, assim, a partir de março, toda a receita paga ou creditada para as empresas de segurança sofrerão retenção de 1,5 %, salvas algumas exceções.

Para refletir a indignação com a MP, cerca de 250 empresários foram ao Congresso Nacional entregar documento de repúdio ao texto da medida aos presidentes do Senado Federal, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE). Presente na manifestação, o presidente da Fenavist, Jerfferson Simões, ressalta que o aumento dos impostos pode prejudicar as empresas. “Os empresários repudiam o aumento sistemático de tributos. O terceiro setor é quem mais emprega no país. No entanto, algumas empresas estão fechando as portas devido à elevada carga tributária”, completou.

Os empresários lutam para que sejam retirados do texto original os aumentos da carga tributária para os setores agrícola e de serviços, principalmente depois da derrota do governo na escolha do novo presidente da Câmara. Severino Cavalcanti, que derrotou o candidato do Planalto e do PT, Luís Eduardo Greenhalg (PT-SP), na disputa pela presidência da Casa, alertou ao presidente Lula, se não houver mudanças, a medida não deve ser aprovada.

## Mudanças

Para evitar o risco de não ser aprovada no Congresso, o governo decidiu adiar a entrada em vigor da MP, prevista para 1º de março. Em fevereiro, o governo já havia editado a MP 237/2005, prorrogando para essa data o início das novas tributações.

Antes mesmo da decisão, o ministro



Severino Cavalcanti recebe empresários

da Fazenda, Antônio Palocci, foi à Câmara discutir com o presidente da Casa e representantes de sindicatos patronais da indústria e do comércio mudanças no texto. As principais alterações podem beneficiar parte das empresas prestadoras de serviços, dos agricultores e das indústrias. No encontro, foi apresentada ao ministro a alternativa de que o aumento de 25% somente incida sobre as prestadoras de serviços sem empregados. De acordo com a Receita Federal, alguns profissionais liberais se tornam pessoas jurídicas para escapar do IR cobrado aos assalariados.

A consultora da Fenavist, Lirian Soares, argumenta que a MP é atentatória à atividade empresarial e ao desenvolvimento do país. Segundo ela, o aumento de 25% da carga tributária do setor de prestação de serviços não foi incluído no orçamento geral da União, aprovado no Congresso Nacional, não podendo esse argumento ser usado pelo Governo Federal, para justificar a medida.

Além do aumento da cobrança para pessoas jurídicas, a MP corrige em 10% a tabela do Imposto de Renda da pessoa física. O limite de isenção que era de R\$ 1.058 passou a ser R\$ 1.164. A alíquota de 15% passará a incidir sobre a renda entre R\$ 1.164 até R\$ 2.328. Acima desse valor, a

maior alíquota continua sendo a de 27,5%. A Receita Federal espera, com isso, perder R\$ 2,1 bilhões em arrecadação.

## Ações

A Fenavist, juntamente com sua consultoria jurídica, tem acompanhado o trâmite da medida. A federação incorpora a Frente Brasileira contra a MP 232, que conta com a participação de várias entidades representativas do terceiro setor. No último dia 17 de fevereiro, uma comitiva formada pelo presidente, Jerfferson Simões, e os vice-presidentes regionais Guilherme Alexandre da Silva Santos, Odair Jesus Conceição, Maurício da Silva Alves, José Jacobson Neto e Ivan Zanardo participou do protesto realizado no Congresso Nacional. Eles se juntaram a representantes de outros órgãos sindicais, que foram até o Congresso entregar documento de repúdio às alterações.

Os manifestantes foram recebidos pelo presidente eleito do Senado, Renan Calheiros. Em seguida, entregaram o manifesto ao novo presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcante, que prometeu apoiar o movimento. Durante a cerimônia, vários parlamentares adotaram o mesmo discurso de Severino.

# Um pacote tributário de presente ...

Em edição extra do dia 31 de dezembro de 2004, saiu publicada a Medida Provisória (MP) 232, que, a princípio, destinava-se a corrigir a Tabela Progressiva para o cálculo do Imposto de Renda na Fonte das pessoas físicas, ou seja, as distorções acumuladas nos últimos anos. Essa tabela prevê percentuais progressivamente maiores de Imposto de Renda, dependendo das faixas de ganho. Com a inflação acumulada, os ganhos foram gradualmente atualizados,

mas a tabela permanecia sem correção, de modo que o contribuinte era apenas, com a aplicação de percentuais cada vez maiores. A tabela anterior vinha vigorando desde janeiro de 2002 e, com a MP, houve reajuste de 10% em seus valores, o que notoriamente está longe de representar a inflação dos últimos três anos. Portanto, continuam os aumentos de tributo de maneira ilegal e disfarçada. Eis os valores atuais:



**Tabela Progressiva Mensal**

Base de Cálculo em R\$	Alíquota %	Parcela a Deduzir do Imposto em R\$
Até 1.164,00	-	-
De 1.164,01 até 2.326,00	15	174,60
Acima de 2.326,00	27,5	465,35

**Tabela Progressiva Anual**

Base de Cálculo em R\$	Alíquota %	Parcela a Deduzir do Imposto em R\$
Até 13.968,00	-	-
De 13.968,01 até 27.912,00	15	2.095,20
Acima de 27.912,00	27,5	5.584,20

Parece, entretanto, que essa Medida pegou muita gente de surpresa, pois, em vez de se limitar a corrigir a tabela do imposto de renda, trouxe em seu bojo o grande “pacote de maldades” para 2005, um verdadeiro pacote tributário, tão sorrateiro, que sequer foi mencionado no discurso do presidente da República, quem, numa noite de domingo (dia 2 de janeiro), desejou

“palmas para o povo brasileiro”. Fomos aplaudidos...

Pela MP 232, o Lucro Presumido das empresas, antes calculado sobre 32% do faturamento passou a incidir sobre 40%. E sobre esses 40%, é que passam a ser calculados a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) a partir de 1º/4/2005 e o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), a partir de 1º/1/2006.

Aumentos superiores a 25% para o Imposto de Renda sobre o Lucro Presumido das receitas de prestação de serviços, a exemplo da CSLL, têm sua base de cálculo aumentada para 40% do faturamento (antes de 32%). A MP estabelece para o IR o aumento a partir de janeiro de 2006. No caso do Imposto de Renda, a alíquota é de 15%, mas se calcula um adicional para a parcela do Lucro que ultrapassar R\$ 60.000,00 no trimestre, o que equivale a uma média mensal de R\$ 20.000,00. O problema é que esses valores estão em vigência há mais de nove anos (Lei nº 9.249, de 26/12/95, art. 3º, § 1º), de modo que, pela falta de atualização monetária, existe um notável sobrepeso tributário, manifestamente ilegal. Aqui se consegue até cobrar imposto sobre a inflação provocada pelo próprio governo. Então, a carga tributária relativa ao Imposto de Renda depende do valor do faturamento, como, por exemplo:

**Tabela Progressiva Mensal**

Vigência	Faturamento	Lucro Presumido	AlíquotaCSLL	%LP	CSLLR\$
Até 31/12/2002	100.000,00	12%	9%	1,08%	1.008,00
Em 1º/9/2003	100.000,00	32%	9%	2,88%	2.880,00
Em 1º/4/2005	100.000,00	40%	9%	3,60%	3.600,00

**Até 31/12/2005 – IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica  
Cálculos para a prestação de serviços no regime do lucro presumido**

Faturamento Mensal	Lucro Presumido = 32%	IRPJ=15% LPR\$	Adicional do IR em R\$	%x	Total do IRPJ - R\$
62.500,00	20.000,00	3.000,00	0,00	<b>4,8%</b>	3.000,00
100.000,00	32.000,00	4.800,00	1.200,00	<b>6,0%</b>	6.000,00
200.000,00	64.000,00	9.600,00	4.400,00	<b>7,0%</b>	14.000,00

Adicional IR = 10% sobre o que ultrapassar R\$ 20.000,00 no mês

**Até 31/12/2005 – IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica  
Cálculos para a prestação de serviços no regime do lucro presumido**

Faturamento Mensal	Lucro Presumido = 40%	IRPJ=15% LPR\$	Adicional do IR em R\$	%x	Total do IRPJ - R\$
62.500,00	25.000,00	3.750,00	500,00	<b>6,8%</b>	4.250,00
100.000,00	40.000,00	6.000,00	2.000,00	<b>8,0%</b>	8.000,00
200.000,00	80.000,00	12.000,00	6.000,00	<b>9,0%</b>	18.000,00

Adicional IR = 10% sobre o que ultrapassar R\$ 20.000,00 no mês

Acabou o direito de defesa! – pelo artigo 10 da MP, quem for autuado em menos que R\$ 50.000,00 não tem mais o direito de recorrer ao Conselho de Contribuintes. Criaram o eufemismo da “instância única”, que, na prática, é o fisco julgando a si mesmo, o superior do fiscal que julga o ato de seu subordinado que autuou a seu mando... Por esta regra, é possível estar concedendo o privilégio do recurso apenas aos maiores infratores ou inadimplentes, obviamente criando uma inadmissível discriminação que atenta contra a isonomia constitucional.

Ampliaram a lista de atividades (arts. 5º e 7º) que devem pagar na fonte, tanto IRPJ quanto PIS, Cofins e CSLL, que é a incorreta prática de tomar adiantado um imposto que nem sempre será o devido. Já se sabe que nos casos das pessoas físicas, as retenções são demasiadas, sendo costume os lotes anuais de restituições. Isso caracteriza empréstimo compulsório, que é inconstitucional. Essa prática de ficar ampliando indefinidamente as retenções onera demais as empresas, que

devem ficar mantendo controles e prestando contas, criando uma irracional burocracia, cuja administração é transferida ao setor privado.

Assuntos camuflados - a MP também peca pela falta de clareza, adotando uma redação “cifrada”, fazendo referência a outras normas, omitindo o assunto. Por exemplo, pelo seu art. 15, acabou com a dispensa de pagamento do PIS e da Cofins das empresas da Zona Franca de Manaus, revogando uma norma que havia sido noticiada pelo governo há apenas 15 dias, talvez só para fazer *marketing* político.

A lei da irresponsabilidade fiscal - o art. 15 da MP prorroga até 31/12/2006 o prazo previsto na Lei nº 10.854... Só diz isso, sem mencionar do que se trata, tornando-se fácil de passar despercebido, pois, na prática, isso autoriza cobrir os déficits financeiros (sem mencionar valor) da empresa de navegação do rio São Francisco por mais 2 anos. Rombos financeiros mal explicados têm sido pagos quase secretamente com o dinheiro do

contribuinte.

Em resumo - está havendo altíssima sobrecarga tributária à atividade de serviços, mudando uma base de cálculo de 32% do faturamento para 40%, além das demais iniquidades inseridas no texto da MP. Uma das “justificativas” do secretário da Receita é que essa MP teria por objetivo cercear a “evasão fiscal”... Não parece que esse argumento deva ser levado a sério, tendo em vista o que já foi exposto. Isso em nada explica essa imensa sobrecarga tributária após um ano em que o próprio fisco andou se gabando de estar obtendo sucessivos recordes de arrecadação. Em nenhum lugar do mundo, em nenhuma época, tributos foram criados para “lucrar” sobre o bolso do cidadão... Quem faz a defesa dessa MP?

**Edson Onodera**

**Advogado tributarista e membro da  
Ação Brasileira de Apoio ao Setor de  
Serviços (Abrasse)**

# Projeto Fenavist prepara novas ações

Federação dá continuidade ao processo de modernização do setor com o lançamento da segunda edição do ESSEG

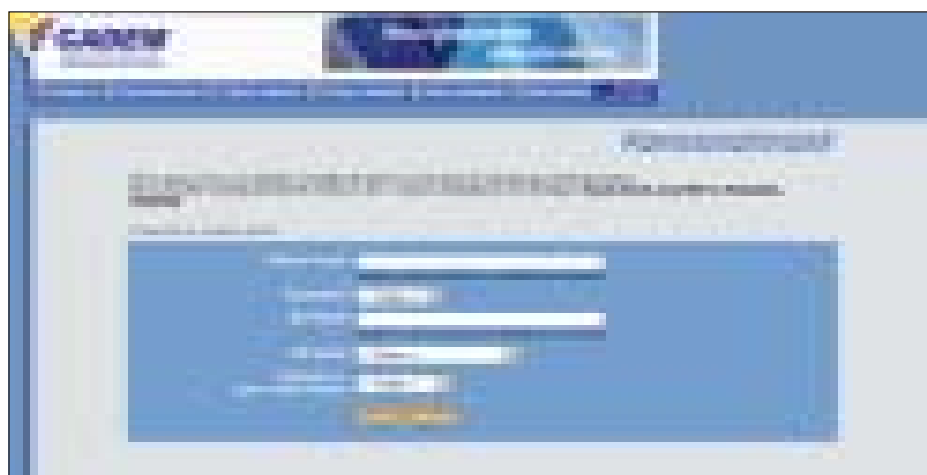
A versão 2005 do estudo trará informações sobre as diversas atividades exercidas pelas empresas de segurança privada. As empresas representadas pela Fenavist podem ser classificadas pelo serviço que prestam e pelas regiões onde atuam. A proposta editorial do ESSEG 2005 é aproveitar essas características e apresentar as informações seguindo essas subdivisões. O estudo terá aproximadamente 230 páginas e uma circulação de pelo menos 10.000 exemplares.

A primeira parte do trabalho segmentará as modalidades de serviços, dividindo-os em Múltiplos Serviços (empresas que prestam mais de um serviço); Vigilância; Transporte de Valores; Cursos de Formação. A segunda parte do trabalho, também será uma novidade, já que diferentemente do ano passado, que agrupava as informações apenas em âmbito nacional, em 2005, o estudo trará as informações dispostas por região.

A previsão é que até o final do primeiro semestre, o ESSEG 2005 seja concluído, contemplando o segmento com novos dados que possam ajudar no crescimento e consolidação do setor.

Entre os novos temas que constituirão o estudo encontra-se o tamanho e crescimento do mercado, tributos, contratantes, legislação e internacional.

Com as modificações previstas para edição deste ano, o ESSEG deve ampliar ainda mais o seu papel de importante ferramenta de análise do mercado de segurança, norteador para tomada de decisões de mercado.



Página de acesso ao CADEM

## CADEM

O CADEM é uma ferramenta que disponibiliza gratuitamente ao público informações sobre a situação das empresas perante órgãos reguladores e fiscalizadores da atividade. O cadastro permitirá à sociedade conhecer as empresas legalizadas que prestam serviços de segurança no Brasil. A Fenavist tem como objetivo inibir a atuação de empresas ilegais no setor, direcionar a contratação, ao mesmo tempo, que promove as empresas regularizadas do setor.

Os assinantes do CADEM poderão divulgar os próprios dados de duas formas. Na primeira, além das informações de acesso livre como CNPJ, nome, atividade, situação cadastral perante a Polícia Federal, o cadastro informará endereço completo, telefone, fac-símile, nome para contato, cargo e e-mail. Na segunda, além de todas as informações contidas no primeiro, será inserida a logomarca da empresa, com um *link* para o respectivo *site*.

De acordo com o presidente da Fenavist, Jerfferson Simões, essa nova ação do Projeto Fenavist visa proteger as empresas legalizadas das práticas desleais de concorrência e modernizar as relações do setor com o mercado. “Para alcançar as melhorias objetivadas, precisamos do apoio e da adesão dos empresários do setor ao CADEM”, acrescenta o presidente.

Em funcionamento desde setembro de 2004, o cadastro vem apresentando significativo aumento no número de acessos. Entre o final de setembro e a primeira quinzena de novembro de 2004, o crescimento foi de 11,11%

Em 90% dos casos as visitas acontecem em horário comercial, ou seja, entre 9h e 20h. Além disso, o sistema tem se mostrado eficaz. Noventa e sete por cento das solicitações feitas no mês de outubro, tiveram os resultados entregues com sucesso. Se sua empresa ainda não faz parte do banco de dados do CADEM, entre em contato Rubens Rollapelo e-mail [rubens@mezzoplanejamento.com.br](mailto:rubens@mezzoplanejamento.com.br).

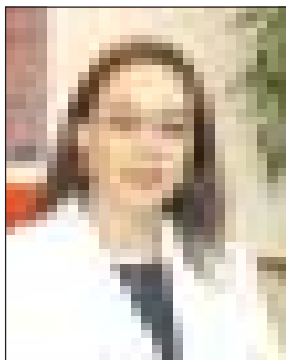


# Fenavist de volta ao Geacex

Com participação de representantes no evento, federação quer incrementar a capacidade gestora de prestação de serviços

Com o intuito contribuir para o desenvolvimento do setor de segurança privada, a Fenavist vai reintegrar o Grupo dos Executivos dos Sindicatos Patronais de Asseio e Conservação (Geacex). O grupo se encontra duas vezes por ano para incrementar a capacidade gestora de prestação de serviços das entidades, viabilizando um aumento do associativismo e de receita sindical. Na quinta edição do evento, que vai acontecer em Belo Horizonte (MG), no mês de abril, a Fenavist pretende mobilizar todos os seus diretores-executivos a participarem do evento.

Segundo a diretora da Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac), Cristiane Oliveira, a reintegração da Fenavist no evento é importante para a edificação dos segmentos. “Diante da similaridade dos segmentos, termos nossos executivos no mesmo grupo em que se discutem medidas e ações que são associadas, é importante manter essa parceria, para desenvolver ações conjuntas”, argumenta. A participação da Fenavist no Geacex faz parte do Projeto Fenavist, que visa modernizar, consolidar, reestruturar, desenvolver e fortalecer o setor de segurança privada.



**Cristiane Oliveira,**  
diretora da Febrac

Promovido pela Febrac, o evento pretende qualificar os executivos das entidades sindicais, possibilitando a absorção de conhecimentos, prospecção de novos serviços e intercâmbio de informações e idéias. Cristiane Oliveira ressalta que é uma oportunidade de os executivos buscarem conhecimento para atuarem nos sindicatos. “Dentro do contexto do Geacex, temos procurado não só nos ater ao fato

de discutir aquilo que diz respeito às ações dos sindicatos, mas também proferir algumas palestras de capacitação profissional”, opina.

A única edição que contou com a participação da Fenavist foi a primeira, acontecida no ano de 2000, em Anápolis (GO). Ao todo, foram realizadas sete edições em Brasília, Curitiba, Aracaju, São Paulo, Salvador e Belém, en-

globando as cinco regiões do país. Em face da velocidade das informações e mudanças diárias que afetam o segmento, no encontro realizado no Paraná, em novembro de 2002, ficou decidido que os profissionais ligados ao Geacex deveriam reunir-se pelo menos duas vezes ao ano. Também nessa data elaborou-se o estatuto do grupo e foi feita a eleição das seis pessoas que compõem o corpo diretor.

A maior  
consultoria  
de segurança  
privada



Av. ... .. 1111 - 11º andar  
Cidade ... ..  
Cidade ... ..

... ..  
... ..  
... ..

# Novo portal da Fenavist está no ar

Site da federação presta serviço simples e de qualidade ao setor de segurança privada

Foi ao ar no mês de março o novo *site* da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores – Fenavist ([www.fenavist.org.br](http://www.fenavist.org.br)). Com uma estrutura dinâmica e de fácil navegação, o *site* oferece ao usuário uma vasta gama de conteúdo acerca da segurança privada e da própria Federação.

A nova versão do *site* pretende atender com qualidade e simplicidade às necessidades dos sindicatos, das empresas, das entidades parceiras, da imprensa e dos usuários comuns que buscam informações sobre o segmento, seja para sanar dúvidas a respeito de como contratar, ou, simplesmente, para obter dados para trabalhos acadêmicos. Por todos esses fatores, o *site* da federação tornou-se referência no que diz respeito à segurança privada.

A reestruturação do portal visou corresponder às necessidades dos usuários, sejam eles membros ou não do segmento, que visitam o *site* à procura de informações que vão desde números da segurança privada até a legislação que rege o setor.

## Conteúdo

Agenda do Setor, Legislação, Sala de Imprensa, Guia do Contratante, Notícias On-Line sobre Segurança, Centro Fenavist de Estudos, Consultoria jurídica, Assessoria Parlamentar são alguns dos itens que compõem o novo portal. O novo *layout* e os conteúdos que não faziam parte do *site* anterior são reflexos do trabalho de todos os departamentos da federação, os quais, ao longo dos últimos meses, discutiram as várias possibilidades de atender melhor aos associados e ao público interessado em segurança privada. “A reformulação do *site*



Novo layout do site

é mais uma das ações da federação na busca pela melhoria do atendimento aos sindicatos e às empresas, além de reforçar o princípio do ProjetoFenavist, que visa à modernização do setor”, ressalta o presidente da federação, Jerfferson Simões.

## Novidades

Dentre os novos conteúdos, destacam-se o Números do Setor, que disponibiliza dados que representam em termos de números a atividade; e o Centro Fenavist de Estudos, que manterá um fórum de discussão sobre os assuntos que movimentam o mercado da segurança privada. Por fim, a Sala de Imprensa permitirá

aos jornalistas confirmar contatos, ler *releases* e artigos, solicitar pauta e acompanhar os informativos da Fenavist.

## Acesso Restrito

O novo portal permitirá o acesso a um conjunto de informações e serviços de interesse exclusivo das pessoas que lidam com o setor de Segurança Privada. Porém, inicialmente, estará à disposição apenas dos diretores da Federação e presidentes de sindicatos estaduais. As empresas sindicalizadas também poderão acessar essas informações, desde que solicitem a senha aos sindicatos aos quais são

associadas. Estes, por sua vez, encaminharão o pedido à Fenavist, que disponibilizará o

código para que o acesso aos conteúdos de uso interno seja liberado.

### Confira algumas das ferramentas oferecidas pelo novo site da Fenavist aos usuários

#### **Agenda do Setor**

Nesse *link* o usuário vai encontrar os eventos nacionais e internacionais relacionados com segurança privada.

#### **Centro Fenavist de Estudos**

O conteúdo do *link* é resultado de toda a área de pesquisa da Fenavist sobre segurança privada. Nele serão disponibilizadas diversas informações, tais como: dados recentes do ESSEG, Tabela do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), estudos econômicos, estatísticas, gerenciador de projetos e os estudos da federação ainda em desenvolvimento.

#### **Imprensa**

Espaço que contém as publicações da federação, versão eletrônica da revista Fenavist e solicitação de pauta para a imprensa em geral.

#### **Jurídico**

Pareceres e análises elaborados pela Consultoria Jurídica da Fenavist, CNC entre outras disponíveis para *downloads*.

#### **Legislação**

Aqui, pode-se obter informações sobre as legislações que regem o setor.

#### **Guia do Contratante**

Trata-se de um guia virtual que visa orientar sobre os cuidados que devem ser tomados na escolha do serviço de uma empresa privada de segurança. Além disso, neste *link* o usuário poderá acessar o Cadastro das Empresas de Segurança Privada do Brasil (CADEM), que disponibiliza gratuitamente informações sobre a situação das empresas de segurança perante aos órgãos reguladores.

#### **Notícias On-line**

*Clipping* virtual de notícias diretamente

relacionadas com a segurança privada.

#### **Parcerias**

Empresas que trabalham junto com a Fenavist na busca pelo crescimento do setor de segurança privada do país.

#### **Assessoria Parlamentar**

Oferece aos usuários proposições em tramitação no Congresso Nacional, referentes às áreas de segurança privada, tributária, trabalhista, sindical, segurança pública, licitação e terceirização. Para auxiliar o usuário a compreender melhor essas referências, o *site* disponibiliza o *link* Siglas do Congresso Nacional, com a nomenclatura de todas as proposições e comissões do Senado e da Câmara Federal.

#### **Grupo de Estudos**

Forum permanente de discussão acerca dos assuntos que movimentam o setor de segurança privado.

#### **Diretoria**

Permitirá aos diretores e presidentes de sindicatos cadastrados no acesso restrito acompanhar todas as ações da federação no que se refere ao corpo diretor.

#### **Valores Referenciais**

Disponibiliza dados que servem de referência para as empresas. Nesse item, os usuários podem conferir o Piso Salarial, a Tabela de Encargos Sociais, além de verificar a Tabela do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, responsável pela fixação do valor pago pelo governo às empresas de segurança privada.

#### **Convenções Coletivas**

Arquivos para *download* dos acordos trabalhistas firmados entre sindicatos patronais e laboristas.



## Espírito Santo

### Sindesp-ES patrocina Campanha

O Sindesp-ES será o patrocinador oficial da Campanha pelo Desarmamento Infantil, promovida pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Espírito Santo. O evento acontecerá entre os dias 14 e 31 de março e irá recolher armas de brinquedo por intermédio das escolas estaduais, municipais e particulares.

As escolas interessadas em aderir à campanha deverão procurar, a partir de 14 de março, uma das agências do Banco do Brasil (BB) e solicitar o kit de participação (regulamento, cartazes, fôlderes e formulários). Os alunos que parti-

ciparem da campanha concorrerão a prêmios, ao mesmo tempo em que estarão contribuindo para que sua escola ganhe um microcomputador. A organização e a forma de arrecadação pelos estabelecimentos de ensino são livres, e ficarão a critério e sob responsabilidade de cada direção escolar.

O material recolhido deverá ser entregue a uma agência do BB, mediante recibo, assim como os formulários (entregues com o kit), contendo o nome dos alunos e o número de armas entregue individualmente, além do total de armas de brinquedo arrecadado pelo

estabelecimento de ensino.

Receberão como prêmio um microcomputador as três escolas que mais arrecadarem armas de brinquedo. Os quinze alunos que entregarem maior número de armas de brinquedo em âmbito estadual serão contemplados com uma bicicleta.

De acordo com o presidente do sindicato, Marcos Félix, a ação visa educar as crianças a favor da paz e contra a violência.

Outras informações poderão ser obtidas pelos telefones (27) 3331-8029 ou 3331-8051 ou pelo e-mail [cs.sres@dpf.gov.br](mailto:cs.sres@dpf.gov.br).

## Santa Catarina

### Sindesp-SC elege nova diretoria

No último dia 19 de novembro, foram realizadas eleições para composição da nova diretoria do Sindesp-SC para o triênio 2004/2007. Na presidência, Ivan Zanardo será substituído por Dilmo Wanderley Berger, que já exerceu a função entre os anos de 1998 e 2001.

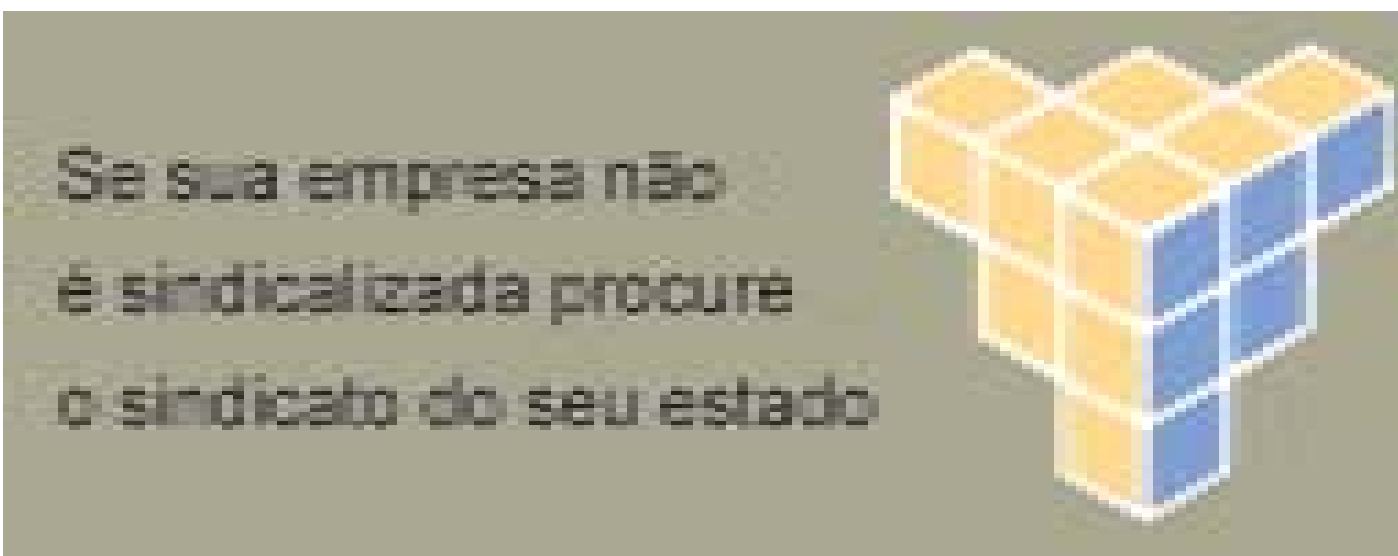
“Berger é jovem, porém profundo conhecedor do mercado, o que é muito bom para o sindicato”, ressalta o ex-presidente Zanardo. Completam a nova diretoria o vice-presidente, José Augusto Pereira dos Anjos; o tesoureiro, Enio José Back; o secretário, Luiz Ermes Bordim, além dos suplentes de

diretoria: Ivan Zanardo, Paulo Helder Bordin, Pedro Elcédio Ambrósio e Gilson Vivian.

O conselho-fiscal será composto de Avelino Lombardi, Ricardo Kuerten Dutra, José Altair Back e dos suplentes João Herculano Filgueiras, Écio Back e Ildo Buratto.

O Sindesp-SC também publicou, no mês de novembro, o informativo *Sindical*. A primeira edição foi voltada para a gestão do ex-presidente Ivan Zanardo, contendo informações sobre os três anos do mandato (2001-2004). Personalidades do setor também

contribuíram com declarações que ilustraram o que foi a gestão de Zanardo. O presidente da Fenavist, Jerfferson Simões, destaca a visão aguçada do colega catarinense, que entende perfeitamente a necessidade de modernizar o setor. Além disso, o informativo destacou o 1º Encontro Estadual das Empresas Prestadoras de Serviços, promovido pelo Sindesp-SC e pelo Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação e Serviços Terceirizados de Santa Catarina (Seac). O evento movimentou o estado entre os dias 18 e 21 de novembro.



## Minas Gerais

### Sindesp-MG com sede própria e reformada

Em fevereiro de 2004, o Sindesp-MG efetivou a compra da sede que era alugada em Belo Horizonte. O investimento para a aquisição do imóvel foi de R\$ 300 mil. Com o objetivo de oferecer mais funcionalidade e conforto aos filiados, bem como uma melhor estrutura física para o corpo administrativo da instituição, o Sindesp deve finalizar, em setembro, uma reforma na nova sede que vai aumentar e melhorar a circulação no local, com o alargamento da área do *foyer*. Além disso, a capacidade do auditório será

ampliada de 43 para 90 lugares, com sistema completo de áudio e vídeo. De acordo com o presidente do Sindesp, Edson Pinto Neto, a reforma vai propiciar um espaço para palestras e eventos, sempre disponível aos associados. “Foi criada também a Sala do Empresário, que oferece modernos equipamentos de informática e acesso à Internet, em um local agradável para atender o associado”, conta. O presidente ressalta ainda a importância de deixar um patrimônio como legado para as próximas gestões.

## Goiás

### Sindesp-GO Nova Casa

Um prédio concebido de acordo com as necessidades das empresas de segurança privada e asseio e conservação de Goiás e Tocantins. Será assim a nova sede do SEAC/Sindesp, com todas as condições de abrigar confortavelmente as atividades administrativas das entidades que congregam as empresas dos dois estados.

O lançamento do projeto Nova Sede foi feito pelo presidente Lélvio Vieira

Carneiro, no dia 16 de dezembro de 2004, por ocasião do jantar de confraternização. Estavam presentes à cerimônia membros dos dois sindicatos anfitriões, o presidente da Fenavist, Jerfferson Simões; o presidente da Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviço de Limpeza e conservação (Febrac); e o presidente da Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos do Governo de Goiás (AGNAP), entre outros.

## Distrito Federal

### DF lança Planejamento Estratégico

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Sistemas de Segurança Eletrônica, Cursos de Formação e Transporte de Valores do Distrito Federal (Sindesp-DF) lançou, no mês de fevereiro, o Planejamento Estratégico de 2005. Entre as ações a serem desenvolvidas, encontra-se a promoção de projeto social, criação de um prêmio voltado aos profissionais atuantes do segmento, além de estreitar o relacionamento com organizações ligadas ao setor.

Todas as ações do Planejamento Estratégico serão desenvolvidas de acordo com as respostas obtidas na pesquisa que o sindicato realizou com todos os empresários filiados. “A pesquisa é essencial para a concretização de um bom trabalho. Ela reflete os anseios dos empresários e permite que o sindicato atue de acordo com os interesses

dos nossos afiliados”, ressalta o presidente do Sindesp-DF, Marcelo Borges.

**Clandestinidade** – Outra prioridade do Sindesp-DF este ano, é atuar, agressivamente, no combate à segurança clandestina. Nesse sentido, além de apoiar o projeto do deputado Federal Irineu Colombo (PT-PR), que tipifica como crime a contratação de serviço clandestino de vigilância patrimonial e de proteção de clientes, o sindicato levou a idéia a Câmara Legislativa do DF. Protocolado no último dia 10 de março, o projeto de lei foi desenvolvido em parceria entre os deputados distritais Leonardo Prudente (PFL-DF), Eliana Pedrosa (PFL-DF) e Chico Vigilante (PT-DF). “Pretendemos desenvolver um trabalho ainda mais intenso do que no ano passado”, conclui Marcelo Borges.

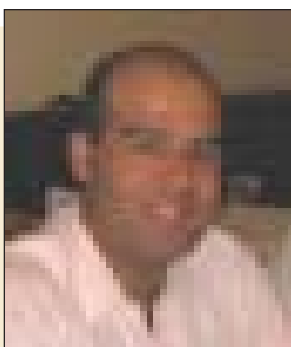
Quer ver seu sindicato nesta coluna  
Escreva para a Fenavist  
ascom@fenavist.com.br

Fábio Rezende



**F**ábio Rezende herdou do pai Clenilton Rezende, proprietário da Ascop Vigilância, o talento para a área de segurança e contou com o apoio de profissionais experientes. Por isso, ele resalta a importância de uma equipe competente. “Ninguém administra sozinho, a união e eficiência da equipe são fundamentais para o sucesso”, completa. Aos 40 anos, Fábio Rezende se especializou com diversos cursos na área de administração de segurança. Ele acredita que o mercado está crescendo e as empresas precisam se preocupar cada vez mais com qualidade e com a prática de preços exequíveis. Há oito anos, Rezende participa do sindicato da Bahia, e, atualmente, atua como presidente dessa entidade. Para ele, participar da representação sindical do setor é importante, pois um segmento forte depende da União. “Vivo disso, e tenho que ajudar no que for possível para o sucesso de todos”, acrescenta.

Lélio Júnior



**H**erdeiro do Grupo Coral fundado por seu pai Lélio Vieira Carneiro, Lélio Júnior cresceu em meio à rotina de empresário do pai, que o levava para conhecer os negócios. Ainda com 14 anos, começou a trabalhar arrumando prateleiras e separando equipamentos de segurança no almoxarifado. Aos 17 anos, prestou vestibular para o curso de Administração e foi aprovado. Nos três anos e meio em que estudou, teve a percepção do quanto é importante para uma boa gestão. Lélio trabalhou em diversas áreas do grupo, que tem seis filiais espalhadas pelo estado de Goiás. Hoje, aos 26 anos, é diretor comercial, cargo que ocupa desde 1997. Num futuro próximo, pretende fazer o MBA (Master of Business Administrator), voltado para quem pretende seguir uma carreira gerencial.

Mário Baptista



**M**ário Baptista começou a trabalhar aos 14 anos e, com incentivo do pai Marcelo Baptista, membro do grupo Protege, aproveitou a brecha para conhecer as bases operacionais do ramo de segurança privada. Passados 11 anos, é gerente geral e ajuda a administrar mais de 12 mil funcionários em 40 filiais, localizadas em 10 estados do país. A empresa atua nos serviços de vigilância, transporte de valores, escola de formação e treinamento, além de serviços aeroportuários. A chave de uma boa administração, segundo ele, é esquecer do autoritarismo e ter postura aberta com todos os funcionários. Apesar da vivência familiar, Mário afirma que é preciso ter cuidado empresarial para administrar. “Independente do gestor, o negócio precisa caminhar orientado pela qualidade”, alerta. Mário é formado em administração com ênfase em marketing e já realizou intercâmbio nos Estados Unidos. No exterior, conheceu outro referencial de mercado, mais evoluído em tecnologia, outra cultura e concepção do serviço. “Lá pude perceber a valorização da profissão de risco e o custo do vigilante, que é altamente qualificado”, enfatiza.

# Tabela de Encargos Sociais

A Fenavist realizou um estudo técnico com o objetivo de determinar os encargos sociais do segmento de segurança privada. O número de características diferenciadas de cada estado impediu a formulação de um percentual único para todo o país. Os percentuais de cada estado foram calculados a partir de dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho, considerando as diferenças nas condições de trabalho das unidades da federação, como permanência na empresa, rotatividade, condição de absorção do mercado. O estudo completo está disponível na Fenavist. Confira os percentuais no quadro abaixo:

Unidade federativa	44 horas	12 x 36
Acre	84,64%	85,33%
Alagoas	82,92%	83,55%
Amapá	84,50%	85,16%
Amazonas	93,74%	84,79%
Bahia	85,73%	86,76%
Ceará	83,12%	83,75%
Distrito Federal	90,01%	92,07%
Espírito Santo	87,37%	87,70%
Goiás	86,68%	87,33%
Maranhão	83,91%	84,56%
Mato Grosso	84,00%	84,65%
Mato Grosso do Sul	83,33%	83,37%
Minas Gerais	85,29%	85,93%
Pará	83,26%	83,94%
Paraíba	84,34%	84,97%
Paraná	83,15%	84,26%
Pernambuco	83,25%	84,21%
Piauí	84,91%	86,20%
Rio de Janeiro	84,20%	85,23%
Rio Grande do Norte	84,11%	85,22%
Rio Grande Do Sul	81,08%	82,17%
Rondônia	85,67%	86,91%
Roraima	85,36%	86,59%
Santa Catarina	83,22%	84,22%
São Paulo	81,58%	82,64%
Sergipe	85,17%	86,34%
Tocantins	86,70%	87,33%



FENAVISTOR CADEM

CADEM

Associação Fenavistor CADEM

Associação Fenavistor CADEM

Associação Fenavistor CADEM

Associação Fenavistor CADEM

Associação Fenavistor CADEM

Associação Fenavistor CADEM

Associação Fenavistor CADEM

[www.fenavistor.org.br](http://www.fenavistor.org.br)

Associação Fenavistor CADEM